



VILAREALSTºANTONIO

ATA Nº. 28/2016

Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal
de Vila Real de Santo António, realizada no dia
8 de novembro de 2016.

Aos oito dias do mês de novembro de 2016, na Sala de Atos da Casa da Câmara de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente a Excelentíssima Sra. Vice-presidente, Maria da Conceição Cipriano Cabrita, por ausência do Sr. Presidente, comigo, Francisco José Leiria Sabino, Chefe da Divisão de Atividades Económicas, compareceram, pelas nove horas, os Srs. Vereadores João Filipe de Brito Sol Pereira, João Manuel Lopes Rodrigues, Ana Paula Véstia Guerreiro Mendonça, Luís Miguel Cristo Salvador Salas, Célia Maria Marques da Rosa Paz e José Estevão Correia da Cruz, a fim de se realizar a reunião ordinária a que se refere o artigo 40.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro.

ABERTURA DA REUNIÃO: - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara Municipal, a Sra. Vice-presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA;
- APROVAÇÃO DAS ATAS NÚMEROS 17 E 18;
- PROCEDIMENTO DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ONEROSO DE TRANSMISSÃO DE PRÉDIO URBANO DESTINADO A CONSTRUÇÃO DE UNIDADE HOTELEIRA SITO NA FREGUESIA DE MONTE GORDO;
- CONCURSO PÚBLICO DE CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DOS POLIDESPORTIVOS DO COMPLEXO DESPORTIVO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- CELEBRAÇÃO DO PROTOCOLO RELATIVO AO ARRENDAMENTO DE TRINTA IMÓVEIS COM O FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO PARA ARRENDAMENTO HABITACIONAL CIDADES DE PORTUGAL;

- 2
✓
A
- ADENDA/ADITAMENTO AO PROJETO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO PARA O NÚCLEO POMBALINO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MODALIDADE DE AVENÇA, PARA CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES DA RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO (MARIA EMANUEL DA ROCHA FONTES PEREIRA DE MELO) - COMUNICAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS À ASSEMBLEIA MUNICIPAL;
 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MODALIDADE DE AVENÇA, PARA CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES DA RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO (SOFIA MARIA MATIAS RODRIGUES RAMALHO) - COMUNICAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS À ASSEMBLEIA MUNICIPAL;
 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MODALIDADE DE AVENÇA, PARA CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES DA RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO (MARIA JOSÉ COSTA FERREIRA ROMÃO) - COMUNICAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS À ASSEMBLEIA MUNICIPAL;
 - CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO NA AMAL – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALGARVE RELATIVO AO SERVIÇO PÚBLICO DO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS;
 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO ALGARVE I.P. E O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO E A AUTORIDADE TRIBUTÁRIA PARA LIQUIDAÇÃO E ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS – IMI, IMT E IUC;
 - DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA – IMÓVEL INSERIDO NO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - RUA DR. SOUSA MARTINS, N.º 17, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - BARÓMETRO – MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, LDA.;
 - DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA – IMÓVEL INSERIDO NO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - RUA COMBATENTES DA GRANDE GUERRA, N.º 33, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - BARÓMETRO – MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, LDA.;
 - DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA – IMÓVEL INSERIDO NO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - RUA ALMIRANTE CÂNDIDO DOS REIS, N.º 42, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - BARÓMETRO – MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, LDA.;
 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO NA AQUISIÇÃO DE MANUAIS ESCOLARES DO 1º ANO A OITO ALUNOS MATRICULADOS NO 2º ANO DE ESCOLARIDADE DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. JOSÉ I QUE DESENVOLVEM CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DO 1º ANO DE ESCOLARIDADE;
 - HASTA PÚBLICA PARA ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DE LOJAS NO MERCADO MUNICIPAL DE VILA NOVA DE CACELA;



- MERCADO MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – LOJAS N.º 4 E 5 – ALTERAÇÃO DO RAMO DE ATIVIDADE;
- ATRIBUIÇÃO DE NUMERAÇÃO POLICIAL NAS FREGUESIAS DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E DE VILA NOVA DE CACELA;
- REGIME DE REGULARIZAÇÃO E DE ALTERAÇÃO E OU AMPLIAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS E EXPLORAÇÕES DE ACTIVIDADES INDUSTRIAIS, PECUÁRIAS, DE OPERAÇÕES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DE EXPLORAÇÕES DE PEDREIRAS - RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL;
- DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS;
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

FALTAS: - Verificaram-se as ausências do Sr. Presidente, Luís Filipe Soromenho Gomes, por se encontrar em serviço do Município, da Sra. Vereadora Sílvia Duro Lopes Gomes Madeira, por motivos familiares, daí a presença da Sra. Vereadora Ana Paula Mendonça, e do Sr. Vereador David Matias Murta, por motivos profissionais, face ao que a Câmara deliberou, por unanimidade, considerar justificadas as respetivas faltas.

BALANCETE: - Foi presente o Mapa Resumo Diário da Tesouraria do dia de ontem, apresentando um saldo de 1.555.873,40€ (um milhão quinhentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e setenta e três euros e quarenta cêntimos).

4
to
H

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

A Sra. Vice-presidente propôs a inclusão das seguintes Propostas:

CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO E A DOCAPESCA, PORTOS E LOTAS, S.A.;

FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar a inclusão das Propostas.

Pelos Srs. Vereadores da bancada do Partido Socialista, Luís Salas e Célia Paz, foram apresentados e lidos quatro requerimentos, que ficarão apensos à ata, a solicitar:

- Listagem das dívidas da Câmara Municipal e/ou Sociedade de Gestão Urbana à Segurança Social;
- Listagem das dívidas da Câmara Municipal à ADSE – Direção Geral de Proteção Social aos Trabalhadores;
- Informação sobre os sítios onde o Sr. Presidente se deslocou ao estrangeiro nos anos 2014, 2015 e 2016, quais os assuntos tratados e que benefícios trouxeram ao Município de Vila Real de Santo António;
- Quais foram os gastos em estadia, transporte, refeições e ajudas de custo nos anos indicados no ponto anterior;



- Quais os valores gastos com agências de viagens em 2014, 2015 e 2016;
- Quais os custos com deslocações de pessoas estranhas ao Município em 2014, 2015 e 2016;
- Cópia da informação dos últimos três trimestres que a Autarquia prestou à Direção Geral das Autarquias Locais, a fim de dar cumprimento ao artigo 32.º da Lei n.º 7-A/2016;
- Listagem das dívidas vencidas às entidades gestoras dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos pela Câmara Municipal e/ou Sociedade de Gestão Urbana entre 2005 e outubro de 2016;
- Informação relativa à retenção dos montantes em dívida nos valores provenientes das transferências do Orçamento do Estado para o Município de Vila Real de Santo António.

6
—
X
A

DELIBERAÇÕES: - Foram tomadas as seguintes deliberações:

APROVAÇÃO DAS ATAS NÚMEROS 23 E 24.

- Considerando que foram distribuídas, com antecedência, fotocópias das atas aos membros deste Órgão, a Câmara deliberou:

Por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores Ana Paula Mendonça, Luís Salas e José Cruz, por não terem estado presentes, aprovar a Ata n.º 23 da reunião ordinária realizada em 13 de setembro de 2016;

Por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores Ana Paula Mendonça e José Cruz, por não terem estado presentes, aprovar a Ata n.º 24 da reunião ordinária realizada em 27 de setembro de 2016.

PROCEDIMENTO DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ONEROSO DE TRANSMISSÃO DE PRÉDIO URBANO DESTINADO A CONSTRUÇÃO DE UNIDADE HOTELEIRA SITO NA FREGUESIA DE MONTE GORDO.

O Sr. Vereador José Cruz disse que a Coligação Democrática Unitária (CDU) votava a favor por entender que a construção de uma unidade hoteleira é fundamental para o desenvolvimento futuro de Monte Gordo. No entanto, manifestou o desagrado pela Câmara Municipal ter delegado competências na empresa municipal VRSA-SGU, facto que deixa pouco controlo destes processos por parte dos Vereadores da oposição.

Considerou correta a posição do Júri do concurso ao não avaliar como relevante a referência da Hoti Star – Portugal Hotéis, S.A. sobre o acordo que tinha celebrado com a empresa ESSE – Estacionamento à Superfície e Subterrâneo, S.A., uma vez que a CDU entende que a Empresa de estacionamento não tem que oferecer ou celebrar acordos envolvendo o espaço público que lhe foi concessionado. Solicitou esclarecimentos sobre o método aplicado pelo Júri na fórmula de pontuação do preço da proposta e comunicou que não devia contar para atribuir uma pontuação elevada o facto de um concorrente mencionar que apresentava em conjunto com o Grupo Meliã uma elevada experiência. Disse o Sr. Vereador que este procedimento é um franchising e que a CDU não concorda com a construção do hotel na frente de mar. Referiu que para a CDU o hotel devia ser construído onde estava previsto inicialmente, a saber, na rua Infante Dom Henrique.

A Sra. Vice-presidente explicou que o concurso permitia a realização de consórcios e que o Júri foi constituído por técnicos idóneos do Município e da Empresa Municipal. Aludiu ainda que a Agência Portuguesa de Ambiente (APA) emitiu parecer favorável à construção do hotel.

O Sr. Vereador Luís Salas lembrou que na anterior sessão de Câmara em que o assunto foi debatido, o Partido Socialista votou contra, tendo em conta que havia um registo predial em nome da Empresa Municipal. Questionou se havendo parecer favorável da APA também havia da CCDR. O Sr. Vereador referiu que o PS reconhece o investimento como muito importante para a economia do Concelho e apoia as iniciativas na área do turismo, em especial no setor da hotelaria, mas considera que o procedimento adotado para este concurso não faz sentido, pelo que os Vereadores do PS irão votar contra, reforçando que a posição de voto não é pela construção do hotel mas sim pela forma como foi conduzido o processo.

A Sra. Vice-presidente perguntou qual a fórmula que o PS entende que é correta, pois vota sempre contra as propostas referindo que os procedimentos estão mal executados.

O Sr. Vereador José Cruz disse que os Vereadores da oposição não têm técnicos, nem equipas de advogados e de arquitetura para preparar e analisar devidamente os processos, pelo que é na reunião de Câmara, local que entende como o adequado, que levanta todo o tipo de dúvidas para poder votar tranquilo e em consciência. Sobre a questão da idoneidade do Júri, o Sr. Vereador disse que nada tinha a apontar.

O Sr. Vereador Luís Salas mencionou que o Partido Socialista não está contra a construção do hotel nem contra a realização de investimentos que criem postos de trabalho e riqueza no Concelho. Disse que o PS não concorda com o processo desenvolvido, pois não é apresentado qualquer parecer prévio das entidades competentes quanto ao projeto nem pareceres jurídicos que suportem o registo notarial do terreno que se pretende alienar e que pertence ao domínio público municipal mas que já foi registado pela Empresa Municipal.

9
—
X
A

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores Luís Salas e Célia Paz, aprovar a proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser submetido à Assembleia Municipal a adjudicação, nos termos propostos no relatório final do Júri, à empresa Hoti Star – Portugal Hóteis, S.A. e a aprovação da minuta de contrato, condicionada à apresentação de caução pelo adjudicatário, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

Pelos Srs. Vereadores Luís Salas e Célia Paz foi apresentada uma Declaração de Voto, documento que constitui parte integrante da presente ata.

CONCURSO PÚBLICO DE CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DOS POLIDESPORTIVOS DO COMPLEXO DESPORTIVO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

O Sr. Vereador José Cruz questionou o que fará uma empresa privada dispor-se a realizar um investimento num espaço público. Disse que para a CDU, a VRSA-SGU E.M., S.A., está a tornar o Complexo Desportivo Municipal numa área de negócios e no futuro será a população do Concelho e os Clubes que pagarão os custos que o privado vai realizar.

O Sr. Vereador Luís Salas disse que o concurso público destinado à conceção, construção e exploração para a renovação dos espaços desportivos no Complexo Desportivo é um processo pouco claro. Referiu o Sr. Vereador que para o Partido Socialista, para a construção do espaço comercial do tipo “loja alimentar” serão destruídos dois equipamentos desportivos existentes e a entrega de dois equipamentos polidesportivos só será efetuada daqui a trinta anos e apenas um equipamento será entregue de imediato, pelo que a população do Concelho e os utentes do Complexo Desportivo verão a oferta de equipamentos reduzida. Ainda segundo o Sr. Vereador, a alteração efetuada no PDM pressupõe que a área do Complexo Desportivo Municipal possa ser intervencionada via investimentos em áreas de serviço e de comércio complementar aos equipamentos desportivos existentes, pelo que a proposta apresentada não clarifica que tipologia de negócio se encontra destinada a essa área. Aludiu ainda que para o PS a Neureifen – Empreendimentos, S.A., que gere património imobiliário, no futuro, entregará a outra empresa para proceder à construção não se sabe de quê.

A Sra. Vice-presidente disse que a Câmara Municipal beneficiará dos espaços desportivos, bem como da reposição da dignidade pelos arranjos urbanísticos da envolvente, nomeadamente arruamentos, parques de estacionamento e áreas verdes. Referiu ainda a Sra. Vice-presidente que o Adjudicatário terá que pagar às entidades adjudicantes (Município de Vila Real de Santo António e VRSA, Sociedade de Gestão Urbana, E.M. S.A.) uma retribuição financeira, para além de criar um pequeno comércio do ramo alimentar, que seguramente ajudará a dinamizar a zona sul de Vila Real de Santo António, para além de criar diversos postos de trabalho.

O Sr. Vereador Luís Salas mencionou que o Partido Socialista, embora defenda o investimento, o rejuvenescimento da oferta e a criação de emprego no Concelho terá que votar contra a proposta, pois entende que com os elementos que possui considera que a mesma não defende os interesses do Município nem as ferramentas de gestão autárquicas em vigor.

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores Luís Salas, Célia Paz e José Cruz, aprovar a proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser submetido à Assembleia Municipal a adjudicação, nos termos propostos no projeto de decisão do Júri, à empresa Neureifen - Empreendimentos, S.A. e a aprovação da minuta de contrato, condicionada à apresentação de caução pelo adjudicatário, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

- Pela Sra. Vice-presidente Maria da Conceição Cabrita e subscrita pelos Srs. Vereadores, João Sol Pereira, João Rodrigues e Ana Paula Mendonça foi formulada a seguinte declaração de voto:

“Os Srs. Vereadores da oposição votam sempre contra as propostas que visam o desenvolvimento do Concelho e a criação de postos de trabalho”.

- Pelo Sr. Vereador José Cruz foi formulada a seguinte declaração de voto:

“A estratégia implementada pelo Município para o Complexo Desportivo Municipal vai transformá-lo mais numa área de negócios do que num espaço desportivo que sirva a população do Concelho.”

Pelos Srs. Vereadores Luís Salas e Célia Paz foi apresentada uma Declaração de Voto, documento que constitui parte integrante da presente ata.

W

CELEBRAÇÃO DO PROTOCOLO RELATIVO AO ARRENDAMENTO DE TRINTA IMÓVEIS
COM O FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO PARA ARRENDAMENTO
HABITACIONAL CIDADES DE PORTUGAL.

O Sr. Vereador José Cruz referiu que a anterior empresa com quem se deveria ter celebrado o contrato de arrendamento faliu. Disse que a anterior solução em que o Município celebraria um único contrato de arrendamento com as entidades gestoras sobre a totalidade dos imóveis lhe parecia uma boa solução. Mencionou ainda que a proposta agora apresentada de se celebrar um contrato de arrendamento em relação a cada um dos imóveis ~~lhe~~ parece uma má decisão mas o Executivo tem que aceitar por ser uma imposição da Caixa Geral de Depósitos.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, documento que constitui parte integrante da respetiva ata, no sentido de ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal:

1. A revogação da deliberação tomada na reunião realizada no dia 29 de fevereiro de 2016 relativa à celebração de um contrato de arrendamento de trinta imóveis à Caixa Geral de Depósitos - Fundo Cidades de Portugal (FICP);
2. A aprovação da celebração do protocolo relativo ao arrendamento de trinta imóveis com o Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional Cidades de Portugal, representado pela respetiva sociedade gestora NORFIN – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário S.A., cuja minuta se encontra em anexo à presente proposta;



3. A aprovação do compromisso plurianual associado à celebração do protocolo identificado no ponto 2.

Para os devidos efeitos se consigna que o Sr. Vereador José Cruz não tomou posição na votação por ser funcionário da Caixa Geral de Depósitos.

ADENDA/ADITAMENTO AO PROJETO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO PARA O NÚCLEO POMBALINO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

O Sr. Vereador José Cruz disse que já se notam divergências no material instalado no espaço público do Núcleo Pombalino, nomeadamente na área do “Centro Comercial a Céu Aberto”, pelo que urge tomar medidas e definir critérios.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores Luís Salas e Célia Paz, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido de ser aprovada a adenda/aditamento ao projeto de ocupação do espaço público para o Núcleo Pombalino de Vila Real de Santo António, para posterior aprovação em Assembleia Municipal, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

X

A

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MODALIDADE DE AVENÇA, PARA CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES DA RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO (MARIA EMANUEL DA ROCHA FONTES PEREIRA DE MELO) - COMUNICAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

O Sr. Vereador José Cruz disse que a CDU vota favoravelmente algumas prestações de serviço, quando constata que as mesmas são autênticas. Aludiu que na opinião da CDU trata-se de soluções precárias e não deve ser através de prestações de serviços que a necessidade de recursos humanos do Município deve ser resolvida.

A Sra. Vice-presidente pediu ao Sr. Vereador José Cruz para a CDU apresentar uma solução à Câmara Municipal.

O Sr. Vereador José Cruz referiu que no futuro a CDU apresentará uma solução para a gestão dos recursos humanos do Município. Disse finalmente o Sr. Vereador que o voto contra está relacionado com o procedimento e com a forma como o processo é conduzido e não com a prestadora do serviço.

= A Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador José Cruz, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser comunicado à Assembleia Municipal, nos termos da deliberação da Reunião Extraordinária da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António de 28 de novembro de 2013, a realização deste contrato de prestação de serviços, por se tratar de um compromisso plurianual sujeito à Autorização Prévia da Assembleia Municipal, com fundamento no teor da informação do Núcleo da Contratação Pública, documentos que constituem parte integrante da presente ata.



PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MODALIDADE DE AVENÇA, PARA CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES DA RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO (SOFIA MARIA MATIAS RODRIGUES RAMALHO) - COMUNICAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

O Sr. Vereador José Cruz disse que a CDU vota favoravelmente algumas prestações de serviço, quando constata que as mesmas são autênticas. Aludiu que na opinião da CDU trata-se de soluções precárias e não deve ser através de prestações de serviços que a necessidade de recursos humanos do Município deve ser resolvida.

A Sra. Vice-presidente pediu ao Sr. Vereador José Cruz para a CDU apresentar uma solução à Câmara Municipal.

O Sr. Vereador José Cruz referiu que no futuro a CDU apresentará uma solução para a gestão dos recursos humanos do Município. Disse finalmente o Sr. Vereador que o voto contra está relacionado com o procedimento e com a forma como o processo é conduzido e não com a prestadora do serviço.

= A Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador José Cruz, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser comunicado à Assembleia Municipal, nos termos da deliberação da Reunião Extraordinária da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António de 28 de novembro de 2013, a realização deste contrato de prestação de serviços, por se tratar de um compromisso plurianual sujeito à Autorização Prévia da Assembleia Municipal, com fundamento no teor da informação do Núcleo da Contratação Pública, documentos que constituem parte integrante da presente ata.



PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MODALIDADE DE AVENÇA, PARA CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES DA RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO (MARIA JOSÉ COSTA FERREIRA ROMÃO) - COMUNICAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

O Sr. Vereador José Cruz disse que a CDU vota favoravelmente algumas prestações de serviço, quando constata que as mesmas são autênticas. Aludiu que na opinião da CDU trata-se de soluções precárias e não deve ser através de prestações de serviços que a necessidade de recursos humanos do Município deve ser resolvida.

A Sra. Vice-presidente pediu ao Sr. Vereador José Cruz para a CDU apresentar uma solução à Câmara Municipal.

O Sr. Vereador José Cruz referiu que no futuro a CDU apresentará uma solução para a gestão dos recursos humanos do Município. Disse finalmente o Sr. Vereador que o voto contra está relacionado com o procedimento e com a forma como o processo é conduzido e não com a prestadora do serviço.

= A Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador José Cruz, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser comunicado à Assembleia Municipal, nos termos da deliberação da Reunião Extraordinária da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António de 28 de novembro de 2013, a realização deste contrato de prestação de serviços, por se tratar de um compromisso plurianual sujeito à Autorização Prévia da Assembleia Municipal, com fundamento no teor da informação do Núcleo da Contratação Pública, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

17
J
A

CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO NA AMAL – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALGARVE RELATIVO AO SERVIÇO PÚBLICO DO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS.

O Sr. Vereador José Cruz disse que a CDU vota contra pois esta proposta retira competências aos Municípios. A CDU não concorda com este tipo de delegação de competências na AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve, pois entende que este processo provocará aumentos de preços nos transportes e o desmantelamento de empresas que prestam esse serviço.

O Sr. Vereador João Rodrigues comunicou que a proposta foi aprovada por unanimidade na AMAL e o objetivo é concentrar na entidade representativa dos municípios do Algarve os transportes intermunicipais. Referiu ainda o Sr. Vereador que a gestão será efetuada pela AMAL mas serão os Municípios a deliberar.

= A Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador José Cruz, aprovar a proposta do Sr. Vereador João Rodrigues, no sentido de ser submetido à Assembleia Municipal a celebração do contrato de delegação de competências do Município de Vila Real de Santo António na AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve relativo ao Serviço Público do Transporte de Passageiros, de acordo com a minuta de contrato, documentos que constituem parte integrante da presente ata.



PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO ALGARVE I.P. E O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a minuta de protocolo de colaboração entre a Administração Regional de Saúde do Algarve I.P. e o Município de Vila Real de Santo António, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO E A AUTORIDADE TRIBUTÁRIA PARA LIQUIDAÇÃO E ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS – IMI, IMT E IUC.

O Sr. Vereador Luís Salas disse que depreendia que este protocolo não era obrigatório mas sim uma iniciativa do Município.

A Sra. Vice-presidente confirmou que é um acordo entre as partes e o Município disponibilizará uma assistente técnica à Autoridade Tributária.

O Sr. Vereador Luís Salas disse que o PS entende este protocolo como necessário para a otimização da liquidação e cobrança das receitas dos impostos municipais que a Autoridade Tributária é responsável, apesar de ser uma receita própria dos municípios.




O Sr. Vereador José Cruz mencionou que a CDU espera que a disponibilização de um trabalhador pago pela Câmara Municipal à Autoridade Tributária aumente a eficácia fiscal e torne mais célere o recebimento das verbas pelo município, atendendo que estes detêm informação que permite a otimização das bases de liquidação de tributos dependentes do património.

O Sr. Vereador Luís Salas referiu que a celebração deste protocolo deve proporcionar que a Câmara Municipal encaixe as verbas que lhe corresponde com maior celeridade.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser aprovado o Protocolo de Colaboração entre o Município de Vila Real de Santo António e a Autoridade Tributária para Liquidação e Arrecadação de Tributos – IMI, IMT e IUC, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA – IMÓVEL INSERIDO NO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - RUA DR. SOUSA MARTINS, N.º 17, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - BARÓMETRO – MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, LDA.

O Sr. Vereador José Cruz referiu que concorda que a Câmara Municipal facilite as passagens de imóveis de pais para filhos ou entre familiares não exercendo o direito de preferência. Mas disse que a CDU está a constatar que começa a haver facilitismos para negócios imobiliários, devendo a Autarquia atuar nestes casos. Solicitou que fosse realizado um plano para este tipo de intervenções no centro histórico.

20
/

A

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido da Câmara não exercer o direito legal de preferência na transação do prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 457, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 197 m², com a área total de 197 m², destinado a habitação, localizado na Rua Dr. Sousa Martins, n.º 17, em Vila Real de Santo António, com fundamento no teor da informação Jurídica, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA – IMÓVEL INSERIDO NO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - RUA COMBATENTES DA GRANDE GUERRA, N.º 33, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - BARÓMETRO – MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, LDA.

O Sr. Vereador José Cruz referiu que concorda que a Câmara Municipal facilite as passagens de imóveis de pais para filhos ou entre familiares não exercendo o direito de preferência. Mas disse que a CDU está a constatar que começa a haver facilitismos para negócios imobiliários, devendo a Autarquia atuar nestes casos. Solicitou que fosse realizado um plano para este tipo de intervenções no centro histórico.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido da Câmara não exercer o direito legal de preferência na transação do prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 1251, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 44 m², com a área total de 44 m², destinado a habitação, localizado na Rua Combatentes da Grande Guerra, n.º 33, em Vila Real de Santo António, com fundamento no teor da informação Jurídica, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA – IMÓVEL INSERIDO NO NÚCLEO HISTÓRICO
POMBALINO - RUA ALMIRANTE CÂNDIDO DOS REIS, N.º 42, EM VILA REAL DE SANTO
ANTÓNIO - BARÓMETRO – MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, LDA.

O Sr. Vereador José Cruz referiu que concorda que a Câmara Municipal facilite as passagens de imóveis de pais para filhos ou entre familiares não exercendo o direito de preferência. Mas disse que a CDU está a constatar que começa a haver facilitismos para negócios imobiliários, devendo a Autarquia atuar nestes casos. Solicitou que fosse realizado um plano para este tipo de intervenções no centro histórico.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido da Câmara não exercer o direito legal de preferência na transação do prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 1250, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 35 m², com a área total de 35 m², destinado a habitação, localizado na Rua Almirante Cândido dos Reis, n.º 42, em Vila Real de Santo António, com fundamento no teor da informação Jurídica, documentos que constituem parte integrante da presente ata.



ATRIBUIÇÃO DE APOIO NA AQUISIÇÃO DE MANUAIS ESCOLARES DO 1º ANO A OITO ALUNOS MATRICULADOS NO 2º ANO DE ESCOLARIDADE DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. JOSÉ I QUE DESENVOLVEM CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DO 1º ANO DE ESCOLARIDADE.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser autorizada a atribuição de apoio na aquisição de manuais escolares do 1º ano a oito alunos matriculados no 2º ano de escolaridade do Agrupamento de escolas D. José I que desenvolvem conteúdos programáticos do 1º ano de escolaridade, documento que constitui parte integrante da presente ata.

HASTA PÚBLICA PARA ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DE LOJAS NO MERCADO MUNICIPAL DE VILA NOVA DE CACELA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Rodrigues, no sentido de ser autorizado o início do procedimento para a atribuição do direito de ocupação das Lojas números 5, 9 e 10 do Mercado Municipal de Vila Nova de Cacela, aprovar as Condições Gerais e Especiais da Hasta Pública e a composição da Comissão de Arrematação, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

MERCADO MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – LOJAS N.º 4 E 5 –
ALTERAÇÃO DO RAMO DE ATIVIDADE.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Rodrigues, no sentido de ser autorizada a alteração do ramo de atividade das lojas números 4 e 5 do Mercado Municipal de Vila Real de Santo António, de informática para sapataria, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

ATRIBUIÇÃO DE NUMERAÇÃO POLICIAL NAS FREGUESIAS DE VILA REAL DE SANTO
ANTÓNIO E DE VILA NOVA DE CACELA.

O Sr. Vereador José Cruz esclareceu que a posição da CDU para estas propostas é de abstenção quando se trata da alteração de topónimos e de aprovação quando se trata da atribuição de novos topónimos.

= A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Rodrigues, no sentido de ser atribuída a numeração policial nos arruamentos das freguesias de Vila Real de Santo António e Vila Nova de Cacela, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

24
-
X
H

REGIME DE REGULARIZAÇÃO E DE ALTERAÇÃO E OU AMPLIAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS E EXPLORAÇÕES DE ACTIVIDADES INDUSTRIAIS, PECUÁRIAS, DE OPERAÇÕES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DE EXPLORAÇÕES DE PEDREIRAS - RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL.

O Sr. Vereador João Sol esclareceu que o processo será remetido para a CCDR para conferência de serviços, pelo que posteriormente a proposta terá que ser novamente submetida ao Órgão Câmara Municipal.

O Sr. Vereador José Cruz comunicou que se abstinha e tomará posição quando o processo for submetido para aprovação final da Câmara Municipal. Questionou o Sr. Vereador se merece a pena a Câmara Municipal por em causa a sua honorabilidade solicitando o reconhecimento do interesse público.

A Sra. Vice-presidente esclareceu que a atividade em questão movimenta muitas pessoas e desenvolve a prática de atividades desportivas e culturais, no âmbito do exercício da columbofilia, pelo que no seu entendimento justifica-se o pedido de reconhecimento.

= A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser submetido à apreciação da Assembleia Municipal o reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização do funcionamento e das atividades desenvolvidas pela associação desportiva requerente, a saber, "Golden Race Algarve", do Prédio Rústico inscrito na matriz n.º 35, Secção D, na freguesia de Monte Gordo, nos termos do disposto no artigo 5.º, n.º 4, alínea a) do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – MARIA ALEXANDRA FREITAS C. BANDEIRA GURTNER.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – CARLA PATRICIA CAVACO RODRIGUES.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – CARLOS MANUEL SOROMENHO JUSTO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

26
X
H

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – ILÍDIO CRISTÓVÃO FERREIRA ESTEVÃO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – ANA CLÁUDIA GRAÇA PALMA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – ROSA MARIA GONÇALVES LOPES.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – RENATA LEIRIA PALMA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – MANUEL SABOIAS VAZ.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO E A DOCAPESCA, PORTOS E LOTAS, S.A.

O Sr. Vereador José Cruz disse que o Protocolo tem grandes implicações, pois a Câmara Municipal vai suportar os custos de um serviço que é da responsabilidade da Docapesca, Portos e Lotas, S.A., com a agravante de que a entidade da Administração Central terminou com o funcionamento da lota na praia de Monte Gordo. Mencionou ainda que a Docapesca vai beneficiar de um serviço que vai ser suportado pelo Município. Finalmente, referiu que a CDU quer que seja reposto o funcionamento da lota em Monte Gordo e só por esse motivo vota favoravelmente.

A Sra. Vereadora Célia Paz concordou com o exposto pelo Sr. Vereador José Cruz, acrescentando que conhece bem a situação e as dificuldades que os pescadores de Monte Gordo passam pela não existência de uma lota, sendo que a construção da mesma é fundamental, pois as condições que os pescadores possuem são muito limitadas.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizada a celebração do Contrato de Representação entre o Município e a DOCAPESCA, Portos e Lotas, S.A. com vista ao apoio, promoção e desenvolvimento do setor piscatório na freguesia de Monte Gordo, nos termos da minuta anexa, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

O Sr. Vereador José Cruz questionou se a proposta resulta de alguma lei recente e se os gestores do Fundo de Apoio Municipal (FAM) têm que emitir parecer. Disse ainda que não concorda com a majoração de 30% da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios urbanos degradados na zona histórica de Vila Real de Santo António, pois essa majoração não resolve o problema dos prédios devolutos no centro histórico.

A Sra. Vice-presidente respondeu afirmativamente às questões levantadas pelo Sr. Vereador José Cruz.

A Sra. Vereadora Célia Paz congratulou-se pelo facto do Executivo ter apresentado esta proposta que vai de encontro ao proposto pelo Partido Socialista na reunião extraordinária da Câmara Municipal.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, documento que constitui parte integrante da respetiva ata, no sentido de ser:

1. Revogada a deliberação da câmara municipal datada de 31 de outubro de 2016, na qual foi aprovada a fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, passando a propor-se o seguinte:
2. Submeter à aprovação da Assembleia Municipal:



- a) A fixação da taxa máxima do Imposto Municipal sobre Imóveis no valor de 0.8% para prédios rústicos e de 0.45% para prédios urbanos avaliados no âmbito do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.
- b) A majoração em 30% da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios urbanos degradados na zona histórica de Vila Real de Santo António.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

Não se registou qualquer intervenção.

ATA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar a ata da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: E nada mais havendo a tratar, foi pela Senhora Vice-presidente declarada encerrada a reunião, pelas dez horas e vinte minutos.

E de tudo para constar se lavrou a presente ata que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu, FRANCISCO JOSÉ LEIRIA SABINO, Chefe da Divisão de Atividades Económicas a redigi, subscrevo e assino.

Manoel de Amorim Gifm Gifm

Francisco José Leiria Sabino